

DE JUNHO PRA CÁ: A PERSISTÊNCIA DAS RUAS

Henrique Kopittke¹

Quando esse ensaio foi escrito, em 2014, Rafael Braga ainda estava preso. Em 2017 quando o ensaio é revisto, Rafael Braga continua preso.

A maioria dos esforços interpretativos que surgiram após a onda de protestos de junho de 2013 procura “dar conta” desses eventos em torno de sentidos e causas comuns. Ainda assim, admite-se sua repercussão contínua e, ainda, não se consagrou às manifestações qualquer síntese, seja triunfal ou cética, ou mesmo qualquer consolidação legal, política ou organizacional em torno das demandas dos que foram as ruas naquela época. Uma redução na tarifa do transporte público é pouco mais que isso. “Quem venceu? Quem foi às ruas? Quem ainda está na rua?”, a mediocridade interpretativa maior, claro, se concentrando no *impacto eleitoral* dos eventos: “Fortalece quem?”. A essa ansiedade eleitoral costuma-se contrapor a *crise de representações*, do pessoal que diz “*nossos sonhos não cabem em suas urnas*”. Mas, se há crise, ela é restrita ou generalizada? Limita-se a forma final das representações – o partido, o jornal, o sindicato, etc. – ou generaliza-se para os meios com que essas formas tendem a se consolidar? E essa crise começou agora ou sempre foi presente? Ou ainda: a crise não é também das interpretações e dos intérpretes?

Quando a indignação sem fim - ou pauta de junho - colocou nas ruas a parada sucessiva de indignados profissionais, militantes históricos, *pit bulls* de passeata, classe média em cortejo cívico, precariado, cornos² e saqueadores, deixou, ao mesmo tempo, alguns intelectuais em casa. Essa atividade intelectual culminou numa petição pública pelo direito de ir e vir em maio de 2014, assinada por grupo de quinze intelectuais³.

¹ Henrique Kopittke é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

² “Os cornos herdaram a terra. No Brasil, é deles o grito, é deles a indignação. Hoje, parecer cidadão pressupõe agir como um corno surpreso: ‘esse político não me representa’, ‘não sabia que um ser humano poderia ser capaz de tanta barbaridade’, ‘existem conservadores’, tudo diz a mesma coisa: *fui traído pelo real*.” (BUTTER, David. O corno em série. 09 de abril de 2013. Disponível em: < <http://davidbutter.tumblr.com/post/47546964033/o-corno-em-serie> >. Acesso em 10/09/2016)

³ Assinam, dentre muitos, Alba Zaluar e Simon Schwarzman: “É hora de um BASTA! Exigimos do poder público que preserve o direito de ir e vir a todos aos cidadãos, não apenas aos grupos manifestantes. É deprimente e alarmante ter as forças da ordem pública assistindo passivamente ou mesmo contribuindo com o transtorno pelo bloqueio de grandes vias, preferencialmente nos horários de rush. (...) O direito de manifestação, assim como o de greve, precisam ser preservados e *mantidos dentro de seus limites legais*.”

Alguns outros se perguntaram sobre a composição social dos protestos, na busca de um sentido geral dos acontecimentos. Isso, claro, tornou-se ponto político, onde a leitura positiva dos protestos dá protagonismo ao precariado⁴, e a leitura negativa dá protagonismo à classe média tradicional. Singer (2013) propõe uma falsa saída para o problema: tendo primeiro uma leitura positiva dos protestos, tenta agrupar as duas perspectivas de modo que só o binarismo eleitoral poderia resolver: nos diversos grupos sociais, que o analista categoriza ansiosamente, ele encontra um “centrismo pós-material”, que já tem equivalente eleitoral (Marina Silva). Depois disso, revê suas posições e afirma que o capital rentista – uma direita material – foi às ruas. Armando Boito Jr. faz um movimento parecido, com outras conclusões⁵.

Desse modo, salvam, momentaneamente, a *esquerda da ordem* da obtusidade da leitura negativa mais comum, aquela que viu nos protestos ora ingratidão, ora conspiração, e principalmente, temeu que a esquerda radicalizada fizesse o jogo da direita nas ruas (a esquerda da ordem fez o jogo da direita no governo, mas, veja bem, é circunstancial).

Mas, o que nos atrai nos protestos de junho de 2013, ainda são os elementos resistente à análise. Assim, devemos proceder não a partir de um sentido arbitrário atribuído ao conjunto, pensado o evento histórico como um todo acabado. Não procurar entender, mas descrever, minimamente, os pontos do contorno que não foram fechados nem esgotados ou saturados por sentidos políticos posteriores – ou, ainda, vitimados pela hipersaturação da violência policial e do “patriotismo”. Diante deste problema, cabe-nos indagar como se faz um espaço de ruptura sem ruptura? Como, a partir de junho, uma constelação de acontecimentos continua vagando solta nesse espaço, sem aderir a uma narrativa que os tirasse do caminho?

Análises como as de Boito Jr. e Singer procedem a partir de um pressuposto de desintegração de uma hegemonia. Em Singer, essa hegemonia tem o nome de “Pacto Lulista”. Com as revoltas de Junho de 2013, se implica o conjunto da representação política brasileira. A popularidade dos governantes, medida por pesquisas, sofre queda abrupta – o que não impede, mais tarde, sua reeleição. Mas o pacto se esgota e persiste

Conclamamos à reação contra a escalada antidemocrática das manifestações” (Disponível em: <<http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR72309>> Acesso em: 10/09/2016)

⁴ Como, por exemplo, assinalam Ruy Braga e Ricardo Antunes. “Os Dias que Abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013.” Disponível em: < <http://r5vereador.wordpress.com/2013/07/01/os-dias-que-abalaram-o-brasil-as-rebelies-de-junho-julho-de-2013/> > Acesso em 10/09/2016

⁵ BOITO Jr “O impacto das manifestações de junho na política nacional”. 02/08/2013. Disponível em < <http://www.brasildefato.com.br/node/15386> > Acesso em 10/09/2016 .

como engodo, sobrevivendo no hiato entre esgotamento de um modelo e sua substituição por uma nova hegemonia. O medo maior, para militantes de esquerda, desde junho – medo que foi quase um automatismo – é que o espaço político de ruptura, dimensionado em vários hiatos (o hiato representativo entre a legitimidade e procedimentos democráticos, por exemplo), fosse ocupado por agentes sociais conservadores que reiterassem a ordem em todos os níveis. O que não seria uma ruptura do “pacto”, como se diz, mas a hiperbolização de alguns de seus elementos, talvez com uma mudança de mando. Em contraposição a esse horizonte nostálgico e amedrontado, o texto de Paulo Arantes *Depois de junho a paz será total* destaca a continuação dos protestos no Rio, e começa por aí. O esgotamento de um pacto, que foi uma máquina de captura dentro de uma fabulação governamental, subitamente abre o horizonte para a disputa e multiplicação de demandas, agenciamentos, individualizações. Questiona-se, assim, o modelo representativo. Questiona-se, também, “projetos nacionais”, e sua “governabilidade”. A ampliação de horizontes que junho-julho promoveu tem também muito a ver com o “Cadê Amarildo”, com a possibilidade de falência de um modelo de pacificação que, longe de ser fator marginal, está no centro na lógica política do chamado “pacto Lulista”.

Contudo, a persistência dos acontecimentos de junho se deu em vários níveis: 1) dos movimentos – agora pulverizados e enfraquecidos; 2) da repressão policial; que em julho de 2013 sistematiza-se a partir da contribuição entre governos federais e estaduais quanto a “operações de inteligência”, e também da instituição e uso, pela então presidente Dilma Rousseff, da força nacional⁶ - elementos esses de uma estratégia de repressão ampliada que se consolida com a Lei da Copa, em 2014⁷; 3) engolindo tudo, a continuidade *histórica* ou *messiânica* em torno de uma constelação de eventos que exacerba a qualidade do tempo histórico como um tempo *saturado de agoras*⁸. Para não limitar nossa citação a Walter Benjamin, citamos: o movimento indígena, antes e depois

⁶ Para uma defesa de uma “proposta” de força nacional, ver Conversa Afiada, “Dilma Precisa de uma força Nacional”, 24/06/2013. Disponível em <<https://www.conversaafiada.com.br/brasil/2013/06/24/dilma-precisa-de-uma-forca-nacional-de-seguranca>> acesso em: 01/04/2017. Para um acusação de seu papel na repressão, controle e desarticulação de protestos em 2013, ver matéria do jornal A Nova Democracia “Força Nacional de Dilma infiltrou agente ilegal nos protestos de 2013”, Abril de 2015, disponível em <<http://anovademocracia.com.br/no-148/5850-forca-nacional-de-dilma-infiltrou-agente-ilegal-nos-protestos-de-2013-2014>> acesso em 01/04/2017

⁷ Um bom documento sobre a resposta jurídica e legislativa aos protestos de junho está disponível em <http://www.artigo19.org/protestos/Protestos_no_Brasil_2013.pdf> Acesso em: 14/07/2014.

⁸ A perspectiva das Teses “Sobre o Conceito da História” de Walter Benjamin, texto que aqui tomaremos como *programático*. In BENJAMIN, Walter. O anjo da história. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

de junho, como grande excluído da “inclusão pelo consumo” e do “neodesenvolvimentismo”, última incursão da civilização etnocida; a retomada do movimento grevista, muitas vezes em conflito com cúpulas sindicais, em que destacamos a greve dos professores municipais em outubro e dos garis em fevereiro de 2014 – com conclusões opostas, no Rio de Janeiro; a reintegração de posse brutal e criminosa da ocupação da Telerj no Rio de Janeiro⁹ e o ativismo bem-sucedido do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), em São Paulo, também com finais muito diversos¹⁰. Além disso, cabe uma nota melancólica à constelação da brutalidade policial e à *punição coletiva* da pobreza¹¹, onde encontramos Douglas Rafael da Silva Pereira (DG), Claudia de Assis Ferreira, Amarildo e tantos outros, danos colaterais da nossa democracia. Além deles, Rafael Braga, ainda preso (e preso à acusação) por porte de Pinho Sol.

Em junho, as rebeliões na periferia ganhavam outra dimensão, em contraponto ao protesto cívico que tomava os centros. Paira sobre elas novo aspecto. Procura-se capturar os muito sentidos dessa dualidade na frase “*na favela, a bala é de verdade*”. É um colocar das coisas que, se não surge em junho, afirma as questões de junho e expõe as ataduras do nó biopolítico brasileiro. Aqui, cabe ressaltar as estratégias de conter simbolicamente o refluxo e não nos surpreende lembrar que, no auge midiático das UPPs televisionou-se a “libertação” de favelas salvas do crime pela ocupação policial, as duas imagens eternizadas aí são as da *fuga dos bandidos* e o *hasteamento da bandeira* no topo da comunidade¹².

Muitas das sínteses propostas por analistas que ocupam posições midiáticas e acadêmicas operam, justamente, esse embotamento do conflito; seja pelas cores unitárias das demandas cívicas, seja pelo apagamento deliberado da violência¹³ e do conflito e pela negação do luto e da memória.

⁹ Agora como notas de rodapé, os ex-ocupantes do terreno da Telerj encontram-se, até onde sabemos, em depósito da igreja católica.

¹⁰ Aqui são citados eventos posteriores a Junho 2013. Porém alguns anteriores ganham nova luz com o que se passou depois: podemos citar Pinheirinho, a resistência da Aldeia Maracanã e o ativismo em defesa dos Guarani-Kaiowá.

¹¹ As pacificações e ocupações militares de favelas no Rio de Janeiro, com direito à mandato de busca coletivo na Maré são exemplo disso. A expressão *punição coletiva* é tomada diretamente da ocupação dos territórios Palestinos em Israel. Uma analogia ainda mais forte com o destino Palestino se encontra em Arantes (2014, 357n) onde se fala da estratégia contra-insurrecional do mal menor. O inferno suportável dos pobres.

¹² Ainda no meio disso tudo, descentrando todas as análises, estão os rolezinhos, recusando as narrativas de resistência e inclusão. Claro, são consumistas, mas a elite resiste e ressentido o materialismo dos pobres (incluindo aí a elite da “consciência social”), mas também desconcertam a parada do consumo, seja pela coletividade e pela algazarra, seja pelo capitalismo pirata dos *famosinhos*.

¹³ A estratégia de dizer que houve “violência dos dois lados”, ação e reação.

Mas junho não impera só num ensaio de memória coletiva, seja das lutas ou da violência social. Também impera na busca insaciável da volta à ordem, do fim do processo, mesmo que à bala – como tacitamente pediram os intelectuais pelo direito de ir-e-vir (de carro, presume-se). Para a concretização maior desse pedido de *basta*, vamos aos jornais. Em 13 de junho de 2013, os dois principais jornais de São Paulo fizeram um clamor às armas. Já bastava de manifestações¹⁴, e tratava-se de retomar a Paulista¹⁵. Esses editoriais são um marco na escalada da repressão, que acabaria por vitimar inclusive repórteres que cobriam as manifestações nas ruas¹⁶. Depois daquele dia, ocorre um recuo discursivo, um clamor à outra forma de civilidade, menos violenta. Em outros momentos, os jornais voltaram a pedir uma ação policial *enfática*. A capa d'O Globo de 17 de outubro daquele ano se destaca nesse aspecto, onde se lê “Crime e Castigo: Lei mais dura leva 70 vândalos para presídios” e ainda se descreve, casualmente, a situação de um manifestante preso: “engajado e baleado”. Apenas duas informações óbvias, postas lado a lado, a partir das quais o leitor pode fazer sua interpretação¹⁷.

O jornal *O Globo* ainda faria um editorial em 7 de maio de 2014¹⁸, sobre “violência” e “intolerância”, palavras das quais interessa tratar como valores indiferentes e inequívocos. Nesse editorial, identifica-se em junho o começo de uma escalada da violência e da intolerância. Existe, para os editores, entre o vandalismo e o linchamento, apenas uma diferença de grau. Várias modalidades de ocupação coletiva de espaço são assim assimiladas ao mesmo temor – aquela da ação da massa sem limite ou lei.

A tática *Black Bloc* sofreu desde junho o peso de uma denúncia e de um fascínio. Atraiu jovens à rua com pouca ou nenhuma “formação política”. A força da atuação simbólica e destrutiva dos *maskers* gerou desconfiança e atrito não só de interlocutores bem estabelecidos no jogo institucional (mídia-governo), mas também dos

¹⁴ Estado de São Paulo. 13 de Junho de 2013. Disponível em: <<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral/chegou-a-hora-do-basta-imp-1041814>> Acesso em: 11/07/2014.

¹⁵ Folha de São Paulo. 13 de Junho de 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opinio/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>> Acesso em: 11/07/2014.

¹⁶ Estabelece-se um conflito: o mesmo jornal que pede ação policial contundente, expõe seus jornalistas a essa ação. Também é conflituosa a relação entre jornalistas e manifestantes – dada a “tomada de lado” dos jornais e das redes televisivas, do lado da lei, os chefes da mídia convencional mantém ótimas relações com as polícias, numa ajuda mútua para “vazar” informações que compõem a defesa da polícia na mídia e vice-versa.

¹⁷ Capa essa que foi elogiada internamente por Pedro Dória, editor do jornal, cuja opinião é algo próximo de: não há qualquer suposição de causalidade entre “crime” e “castigo” e “engajado” e “baleado”, isso o leitor que viu – e os leitores, desde junho, andam violentos. Disponível em: <<http://coleguinhas.wordpress.com/2013/10/22/em-email-interno-editor-do-globo-elogia-cobertura-capade-bandido/>> Acesso em: 11/07/2014.

¹⁸ Disponível em: <<http://naofo.de/6hc>> Acesso em: 12/07/2014.

grupos sociais que compuseram as manifestações desde e a partir de junho¹⁹. No protesto em que se deu na abertura da Copa do Mundo, em apoio à greve dos metroviários, os praticantes do *Black Bloc* foram deixados de fora do sindicato onde manifestantes se abrigaram da violência policial²⁰. Muito antes disso, o isolamento mútuo de muitas esquerdas era claro, ao mesmo tempo em que se conjurava, na mídia, a distinção entre o bom e o mal manifestante. Essa prática discursiva repercute nas esquerdas, quando, por exemplo, o grupo Juntos!, cita pesquisa do Datafolha de maneira completamente descuidada²¹ para repudiar a estratégia *Black Bloc*²². A aplicação desmedida da prática, claro, não é livre de crítica. O movimento Passe Livre, em São Paulo e outros lugares, mantém uma postura de distanciamento sem, no entanto, denunciar a prática (i.e. fazer papel de polícia dentro de manifestações).

A defesa da ação direta não pode ter o otimismo dos seus críticos de primeira e última hora quanto ao seu potencial de suspensão da ordem. Corre-se o risco de um eclipse não só da estratégia, mas da possibilidade também de qualquer tática. Ao escalamento da repressão policial e judicial corresponde o profundo isolamento das esquerdas, e não há motivos para não crer numa correlação produtiva entre um e outro. Nos protestos contra a Copa do Mundo há o protagonismo da tática policial *fora-da-lei*: cercar os protestos completamente e miná-los desde o começo. Pelo topo, forja-se uma nova estratégia²³, garantindo um ano eleitoral sem fantasmas – mesmo que para isso se tenha de evitar vê-los. É um quadro que lembra o ocorrido ao *Reclaim the Streets* londrino

¹⁹ Também vale mencionar uma tentativa de linchamento. Aqui vemos uma formulação tipicamente conservadora da questão, remetendo ao “contrato social” e ao “monopólio da violência” que é devido ao estado. As críticas ao uso exacerbado desse monopólio não são vistas como constituintes do ambiente democrático, mas externas a ele. (Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/um-video-quase-clandestino-um-black-bloc-e-linchado-pelo-povo-promotor-de-eventos-diz-sobre-o-palco-vamos-dar-porrada-neles/>> Acesso em: 12/07/2014)

²⁰ Foi esse o cenário da farsa “Pai discute com filho *Black Bloc*”, que repercutiu no Fantástico e em *mais uma* de Eduardo Suplicy (farsa no enquadramento do produto levado ao mercado, não no conteúdo).

²¹ Texto do Juntos! Disponível em: <<http://juntos.org.br/2013/08/sobre-black-bloc-a-vanguarda-e-o-lugar-do-povo-nas-manifestacoes-pos-junho/>> Acesso em: 07/10/14

²² Toda a questão dos *Black Blocs*, e seu tratamento na mídia mereceria uma pesquisa própria. Cabe mencionar dois aspectos essenciais. Primeiro, o tratamento dos praticantes como “integrantes do”, quando se trata de uma tática, não de uma organização; segundo, todo conspiracionismo que os circunda. Além disso, a questão da violência em protestos, e o obscurecimento de quem acusa a violência “dos dois lados”, chegando em alguns momentos a criar uma simetria que justifica a violência estatal como reação equivalente ou menor.

²³ “Para garantir tranquilidade na Copa, AGU conseguiu na Justiça a proibição de greves, piquetes e bloqueio de aeroportos, rodovias e entornos de estádios; ação é criticada por defensores da liberdade de expressão”. Finda a copa, não se espera nenhum incômodo de qualquer governo com relação a isso. (Disponível em: <<http://apublica.org/2014/07/o-braco-forte-da-uniao/>> Acesso em: 14/07/2014)

no fim dos anos 90²⁴, onde o aumento da ação direta foi respondido com uma escalada na repressão que, no limite, levou à impossibilidade de maiores manifestações.

A assimilação, feita não só por jornais, de toda forma de ação direta ao descontrole e à dissolução do império da lei visa minar qualquer forma de direito a resistência ou direito resistente. O problema ainda não está resolvido, no entanto. Trata-se de uma descaracterização, em que várias formas de ação social são reunidas num vetor, externo à prática e ao ambiente democrático (externo ao próprio tempo histórico da democracia, no caso da barbárie). E essa descaracterização diz respeito uma tradição e a um estilo de pensamento. Que o contrato social seja posto em pauta, como porrete que sempre foi, é uma herança de junho. Junho é celebrado como civismo, com esquerda e direita reunidas em um moralismo restrito, uns e outros dizendo que foi um “basta” dado a uma “corja” (e a corja é universalmente alocável: o repúdio a “todos”, beneficia e prejudica “todos”), e alguns ainda complementando que foi um pedido por mais estado – como expansão da cidadania – ou como punição exemplar de alguns outros. E tenta tirar de junho, como infiltrado ou oportunista, justamente aquilo que foi a grande estreia das “jornadas”: uma ameaça difusa à ordem – mesmo que ao menos como hábito de pensamento. Assim, quando o editorial d’O Globo equivale vandalismo e linchamento, é importante também tratar os linchamentos como motivados por uma ausência de estado, tão e somente, o que coaduna com a reiteração do contrato social. Mas alguns aspectos do fenômeno dos linchamentos escapam a esse modelo. Essa tese é pouco combatida, sendo lugar comum no modo de descrever as motivações dos linchadores²⁵. Nela o papel da mídia se apaga.

Judith Butler (2010) formula uma pergunta que é central para a nossa memória seletiva da violência social. A autora questiona em que medida uma vida é digna de luto, e aqui existe o conflito entre a qualidade (nome) e a quantidade (número). Afirma, na elaboração de sua resposta, que certas vidas são construídas como não-vida e – o que é importante pensando-se em *bandidos* e *vândalos* – como ameaça a toda vida, como

²⁴ “O J18 foi ao mesmo tempo o auge de impacto e o início do fim do RTS londrino. O RTS viraria a partir de então quase um sinônimo de enorme policiamento e de distúrbio de rua. Uma escalada que tornaria inviável a continuação do RTS como nome e para seus membros nos anos seguintes. Segundo John Jordan, o RTS não conseguiria se recuperar da campanha de criminalização lançada contra ele pela mídia e pelo Estado. Ele próprio passara a ser seguido por policiais quando levava seu filho à escola e teve seu apartamento vasculhado pela polícia. Outras pessoas envolvidas como RTS receberiam telefonemas e intimidações do tipo.” Disponível em: <<http://passapalavra.info/2009/08/11797>> Acesso em: 13/07/2014.

²⁵ Essa me parece ser a perspectiva de José de Souza Martins, sociólogo de certa proeminência e estudioso dos linchamentos. “A sociedade civil está fora de controle” Disponível em: <<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral/quinhentos-mil-contru-um.125893>> Acesso em: 11/07/2014.

negação violenta da vida. Mas a maior negação, podemos afirmar ainda de acordo com Butler, é aquela operada pelo estado, pelo aparato estatal que na imperiosidade da paz social nega sua própria vulnerabilidade – e aqui vemos uma distribuição desigual de precariedades articulando-se como auto-defesa permanente do estado²⁶.

O pano de fundo teórico é um que assume a precariedade (*precariousness*) como condição fundamental da *apreensão de uma vida*, mas uma precariedade que deve ser distinta daquela outra (*precarity*), distribuída desigualmente na formação de sujeitos (BUTLER, 2010, p. 25). E é assim que quando o porta-malas da viatura onde o corpo de Claudia Ferreira da Silva é transportado se abre, um enquadramento da violência se rompe e *revela a verdade* da ação policial na periferia²⁷. Rompe-se o pacto do esquecimento. Passa-se do número ao nome, e esse nome vai com outros compor uma lista. É aquilo que Pilar Calveiro, ao falar da ditadura argentina, chamou de “segredo altissonante”. Um segredo anunciado da democracia Brasileira é a contagem dos corpos, vítimas da contínua e sistemática repressão policial. Assim como durante a Ditadura Argentina (1976-1983) se podia ouvir nas ruas os gritos que vinham de dentro dos centros de tortura, e também se via efetivamente pessoas sendo tomadas pela polícia. “Sempre o poder se mostra e se esconde, e se revela tanto no que exhibe quanto no que oculta” conclui Calveiro (CALVEIRO, 2013, p. 38). A “ausência do estado” na periferia, extensiva em termo de recursos para a cidadania, pode ser entendida como co-produção de sua presença intensiva perpetrando a guerra as drogas como guerra a pobreza, como violência racista e genocida. Os linchamentos, assim, são extensão da “punitividade” do estado – no qual a mídia toma parte ativa, vide a supracitada capa d’O Globo. Afinal, a tese que privilegia a “ausência de estado” como principal explicação dos linchamentos em muitos casos parece supor o fenômeno como apenas uma “herança arcaica”, e não algo ativamente produzido num jogo de presenças e ausências. São os bárbaros, escuros, que nada tem a ver com os *inocentes do Leblon*.

²⁶ No exemplo paradigmático de Butler, Israel, esse ponto é *claríssimo*.

²⁷ “É uma imagem verdadeiramente surreal, não porque esteja fora da realidade, mas porque destampa, por um ‘acaso objetivo’ (a expressão era usada pelos surrealistas), uma cena recalçada da consciência nacional, com tudo o que tem de violência naturalizada e corriqueira, tratamento degradante dado aos pobres, estupidez elevada ao cúmulo, ignorância bruta transformada em trapalhada transcendental, além de um índice grotesco de métodos de camuflagem e desaparecimento de pessoas.”. WISNIK, José Miguel. O Arrastão. O Globo. 22 de março de 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/o-arrastao-11947359#ixzz379FZ8Pyt>> Acesso em: 12/07/2014.

A destruição de objetos vira *tabu* maior que a destruição da vida. Os objetos, no entanto, continuam a ser destruídos, e vidas com eles. Paulo Arantes comenta essa reincidência que tem a destrutividade dos rebelados sobre certos objetos:

Creio que São Paulo, 1917, e Fortaleza, 1935, deixam claro que o simples gesto – por assim dizer, já que é o mais difícil de todos – de profanar um dispositivo de captura de livre circulação numa cidade segregada pela distribuição das funções do capital libera uma carga de energia utópica que parece muito longe de esgotada (ARANTES, 2014, p. 414)

O olhar recai não mais sobre as agências bancárias, *vítimas inocentes* do *Black Bloc*, mas sobre os bondes queimados antigamente e os ônibus queimados agora. Os protestos massivos de 2013 começam a partir de um aumento da tarifa do ônibus em São Paulo, no primeiro momento com protagonismo do Movimento Passe Livre. Junho foi, acima de tudo, um fenômeno urbano em busca de um significado nacional. A circulação nas cidades, segundo Arantes (ARANTES, 2014, p. 405), “mexe, e bem lá no fundo, com a imaginação social e política das pessoas”. Enquanto isso, os jovens periféricos nos centros urbanos “realizam uma experiência da cidade tensionada entre a brutalidade das desigualdades e a sedução encantatória do moderno mercado de consumo, em um jogo ambivalente de possibilidades e bloqueios para o acesso a uma vida urbana ampliada.” (TELLES, 2006, p. 177). A circulação precária entre espaços segregados é grande operadora dessa tensão social, e assim, o ônibus é um dos alvos preferenciais de manifestações destrutivas. O objeto queimado é também espaço de convívio infernal e violência cotidiana nas grandes metrópoles. Ainda é necessário mencionar a indignação dos enlutados, como no exemplo do adolescente Douglas Rodrigues, morto pela polícia militar na periferia de São Paulo – um entre muitos. As palavras finais do adolescente ganharam alguma divulgação, mas nenhuma resposta: “*Por que o senhor atirou em mim?*”. Como em muitos protestos dessa natureza, fecharam-se vias, queimaram-se caminhões e ônibus, saqueou-se²⁸. O ônibus é uma coisa grande – simbolicamente também – para queimar.

As fronteiras do estado recortam a cidade em linhas tensas e, pelo planejamento urbano, o estado procura destruir para reconstruir, e também recorta o espaço social com a mesma intenção: procura reuni-lo numa unidade cindida. Essa reiteração da unidade

²⁸ “Além do ônibus que ficou destruído, um ônibus de turismo foi parado e teve bancos queimados. Ninguém ficou ferido.” Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/10/grupo-protesta-contra-morte-de-adolescente-na-zona-norte-de-sp.html>> Acesso em: 12/07/2014.

social é monumento e ruína, implicando-se um ao outro. E é, acima de tudo, catastrófica. "O estado neoliberal (...) parece uma forma política de transição ou instável" (HARVEY, 2008, p. 89), o confronto cotidiano entre projeto e resultado cria fraturas no consenso presumido, que colocam uma contradição perene entre o interesse corporativo e aquele da gente comum, entre a legitimidade do estado e a ação estatal concreta. Os aparatos estatais que tem legitimidade ancorada no discurso democrático impõem-se por vias autoritárias, e ensejam uma ampliação irrestrita da vulnerabilidade dos seus cidadãos – vulnerabilidade ainda mais gritante em países periféricos, onde a “ausência do estado” em bolsões de miséria é pontuada por intervenções rotineiras e violentas dos aparatos repressivos do mesmo estado. Situação essa que se atualiza no projeto pacificador vigente, criando cinturões de segurança no entorno de áreas estratégicas.

A ocupação do espaço citadino, a rua, constrói nos protestos de junho novas temporalidades, aquelas dos movimentos de polícias e manifestantes. Interrompe-se a circulação – a polícia interdita diversas ruas na sua estratégia de contenção. Aqui os espaços também são outros: os manifestantes fogem da violência iminente – a polícia arma emboscadas. As imagens mais marcantes das “jornadas de junho” foram obtidas a noite. No período da Copa do Mundo, a polícia arma cercos e espera o grupo cercado cansar-se, abater-se, minguar-se. Ninguém entra, ninguém sai. Agradece-se a compreensão²⁹. São imagens diurnas. Em junho de 2013, nas redes sociais protestos eram chamados para o próximo dia. Ciente de que já haviam protestos marcados para algum local, se disputava os significados desses marcando outros pro mesmo local. Demandas com quase nenhuma representatividade surfavam na onda de indignação popular. Uma revista semanal elegeu “a voz das ruas” um manifestante que reuniu algo como 6 mil pessoas, num momento em que mais de um milhão saía as ruas. Os movimentos procuram criar ritmos de indignação, uma escalada de protestos. A mais bem sucedida, no entanto, ainda é a da violência policial. A ele acompanha uma atividade laboriosa do aparato judicial. Perto do final da Copa, dezenove pessoas são presas preventivamente, para evitar

²⁹ “Ontem, após conseguirmos romper o cerco policial e entrar na minha rua, recebemos a notícia de que um amigo estava preso, cercado pelos dois lados na rua transversal à minha (mais especificamente na minha esquina). Fomos, eu e outro amigo, até lá ver o quê era possível fazer. (...) O policial, de forma educada, nos explicou que ele teria que aguardar a determinação 'de cima' para liberar os moradores e pessoas não envolvidas no protesto. Como não tínhamos muito o que fazer, agradecemos. E o policial emendou: 'Muito obrigado pela compreensão!'. Eu olhei para o meu amigo e pensei: 'Estamos cercados de policiais por todos os lados, com a tropa de choque de um lado, a tropa regular da PM de outro, helicópteros sobrevoando nossas cabeças e a cavalaria disposta numa espécie de retaguarda. O quê poderíamos fazer, se não 'compreender', negando ao mesmo tempo a própria ideia de compreensão?’” Depoimento de Silvío Pedrosa. Disponível em

<<https://www.facebook.com/shgpedrosa/posts/828645113814929>> Acesso em> 14/07/2014.

violência³⁰: teriam incorrido no crime *formação de quadrilha*, acusação comum em tempos de arbitrariedade. Grandes jornais continuam seu papel de porta-vozes da polícia.

Na procura de ritmo, Junho torna-se um ensaio de consciência coletiva. Uma geração vai às ruas. Persiste lá e espera outros. A crise de representação é principalmente a crise da adesão. A crise do cálculo político, no momento de sua hipérbole. Ao cálculo que perfaz o cenário político, procura-se contrapor outro, dia após dia, que possa suspender o enquadramento que legitima a grande política. Mas se essa crise se dá dentro de fronteiras de classe, fora delas, a crise sempre esteve colocada. No momento, se descreve uma mudança qualitativa do pensamento daqueles intelectuais mais íntimos do partido no poder: a defesa não mais realista é agora uma defesa moral. Existe uma relação tautológica, mas essencial, entre força e lei. A denegação operada nas ruas denuncia gravemente a assimilação de uns a outros. Por isso, aos agentes dessa negatividade se dedica o porrete da paz social. Enquanto isso, os mais realistas vêem os grupos políticos mais combativos isolarem-se um a um. E, afinal “não encontrando nada de novo para redizer ao mundo social tal como ele é” (BOURDIEU, 2008, p. 121), contentam-se em reiterar o óbvio com vistas a restaurá-lo. *Vai ter copa sim*.

O realismo da grande política interessa ao espectador no sentido que compartilhando dele pode sentir-se um interlocutor do poder. Existe um cálculo muito mais sensato e cuidadoso que lhe é óbvio como uma arte, contra o desespero dos idealistas. Sabe-se que a polícia sempre matou e o governo sempre prendeu, e a violência é comum a tudo e todos. Ainda assim, há o risco de piorar. Ou, alguns chegam a admitir, há o risco de mudar o regime de piora, o que seria trágico.

O que as convulsões de junho colocaram em pauta tem o efeito de um “não” que, mesmo desclassificado, abre um horizonte político mais amplo. Como dito por Maurizio Lazzarato (LAZZARATO, 2006, p. 21), sobre o novo ciclo de lutas que se estabelece a partir dos anos 1990 “O não endereçado ao poder não é mais o ponto de partida de uma luta dialética, mas a abertura de um devir” Boa sorte aos que tentam comportá-lo dentro dos marcos de uma “política nacional”. Mas o que a persistência desse “não” pode implicar é a recusa do regime de memória de um pacto conservador. A continuada catástrofe do ativismo não implica em um ritmo menos frenético de trabalho, e esse é um trabalho de reunião de acontecimentos; de tecê-los e aguardar, persistir. Nas ruas, alguns

³⁰ Dezenove presos no Rio de Janeiro, encaminhados para Bangu. “‘Prisões preventivas’ da Copa, armação no Rio para evitar protestos” Disponível em <<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/priso-es-preventivas-da-copa-armacao-para-evitar-protestos.html>> Acesso em: 14/07/2014.

se perdem. As convulsões de junho-julho reconstruíram como projeto, uma realidade latente que o poder procura sanar com a repressão – o que confunde mais que explica: a repressão policial é peça central dessa realidade. A consciência de “fazer explodir o *continuum* da história” continua longe do alcance. A pauta pela reforma ou desmilitarização das polícias passa ao largo do debate público e da opinião pública. No entanto, pode crescer uma ética de resistência contra a moral restrita daqueles que denunciam toda violência como ameaças à lei e à democracia – justamente para apagar a violência da lei, a ilegalidade da lei. É nos comunicados policiais e nos anúncios da imprensa que vemos a “má igualdade”³¹, a identidade de interesses midiáticos e policiais, e contra eles uma afirmação radical da diferença é a “forma mínima de política” – ainda há de se ter outras. A persistência nas ruas no pós-junho escancara um horizonte de lutas – mas os termos de qualquer reconciliação não estão postos a mesa. A não ser que esses sejam: cercar, bater, prender.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ADORNO, Theodor. *Minima Moralia*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2008.
- ARANTES, Paulo. *O novo tempo do Mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: O que falar, o que Dizer*. São Paulo: USP, 2008.
- BUTLER, Judith. *Frames of War: When is Life Griveable?*. Londres: Verso, 2010.
- CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo, Loyola, 2008.
- LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- SINGER, Andre. *Brasil, Junho 2013: Classes e Ideologias Cruzadas*. Novos Estudos, São Paulo, Cebrap, n 97, Nov 2013.
- TELLES, Vera da Silva. *Mutações do Trabalho e experiência urbana*. Tempo Social, Revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, 2007.

³¹ ADORNO, Theodor. *Minima Moralia*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2008. Páginas 98-99.

